

DESTAQUE SEMANA EUROPEIA DAS PME

PME pedem apoios para normalização de produtos

As empresas consideram que a implementação de normas de qualidade devia contar com apoios financeiros públicos, já que o investimento a suportar é elevado.

Elisabete Soares
elisabete.soares@economico.pt

"O custo da norma é um falso problema para as empresas, já que o seu valor é muito pequeno em comparação com o que é necessário para a implementar". A afirmação é de Jorge Marques dos Santos, presidente do Instituto Português da Qualidade - IPQ, numa conferência sobre Normalização e Marcação CE, realizada ontem na Alfândega do Porto, no âmbito da Semana Europeia das PME.

Marques dos Santos procurava assim responder ao repto lançado pela intervenção de Laurentina Pedrosa, da Associação Portuguesa de Industriais de Carne, e de outros intervenientes presentes na sala, que alertam para o custo exagerado para as PME das normas necessárias à certificação de qualidade dos produtos, pedindo mesmo que em alguns casos elas fossem gratuitas.

O responsável máximo pelo IPQ justifica essa impossibilidade com o facto de cerca de 99% das normas aplicadas nas empresas serem europeias e como tal com custos idênticos para todos os países. Apenas uma pequena parte da normas em vigor no mercado interno são de produção nacional. Por isso, defendem os empresários que a normalização e a certificação acarreta para as PME, empresas que segundo a classificação europeia tem em média 10 pessoas, deveria ser objecto de apoios financeiros públicos.

Por forma a minimizar os

O IPQ "está a procurar resolver alguns dos aspectos que tem a ver com a divulgação das normas, através de resumos que permitam às empresas ver se é essa e não outra a norma que interessa".

impactos financeiros no tecido empresarial. Marques dos Santos anunciou uma novidade à plateia, já que o IPQ "está a procurar resolver alguns dos aspectos que tem a ver com a sua divulgação, através de resumos que permitam às empresas ver se é essa e não outra a norma que interessa". Avançando ainda para a possibilidade de determinadas normas serem disponibilizadas com preços mais baixos, permitindo assim que mais empresas possam aceder à normalização e acreditação. Mas não deixa de enfatizar que "o acesso gratuito às normas, seria matar o seu objectivo" e, por isso, essa possibilidade está fora de questão.

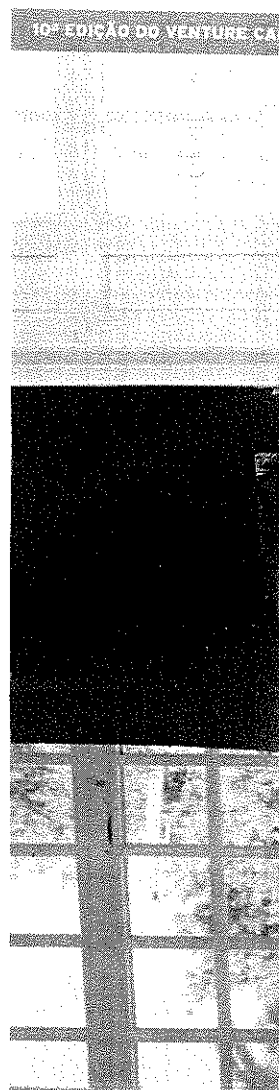
Apoios à certificação

A normalização é uma ferramenta muito importante para as empresas se organizarem e desta forma são uma referência idónea do mercado a que se destinam, considera Laurentina Pedrosa. Em que o sector das carnes é um bom exemplo disso, tendo em conta que a componente indústria de embalagem exige um rigoroso processo de qualidade que passa obrigatoriamente pela certificação. "As empresas tem dificuldade em suportar estes custos e por isso deveria haver programas de apoio para a criação das normas", alerta a responsável da associação de carnes. Este sector tem uma situação curiosa já que a sua especificidade faz com que muitas das normas tenham de ser produzidas pela própria associação. ■

NORMALIZAÇÃO

Avaliação harmonizada dos produtos industriais

A Marcação CE de Conformidade tem como objectivo introduzir nas empresas processos de harmonizados de avaliação da qualidade dos produtos industriais. Pretende-se elevados níveis de protecção e que foram estabelecidos pelas directivas comunitárias de harmonização técnica, bem como definir uma regulamentação comum no domínio da utilização da marcação "CE". Esta regra comunitária prevê oito procedimentos de avaliação ou módulos, aplicáveis a estas duas fases de diversas formas: controlo interno de fabrico; exame "CE" de tipo; conformidade com o tipo; garantia de qualidade da produção; garantia de qualidade dos produtos; verificação dos produtos; verificação da unidade; e garantia de qualidade total. ■



'Business

O presidente do IAPMEI defende o apoio aos 'business angels'.

Carlos Caldeira
carlos.caldeira@economico.pt

Os 'business angels' tem-se mostrado de uma grande importância no apoio ao financiamento e criação de novas empresas, afirmou Luis Filipe Costa, presidente do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI). As declarações foram proferidas na sua apresentação na 10ª Edição do Venture Capital IT, promovida pela Gesventure, que ocorreu nos passados dias 25 e 26 no auditório do Taguspark, em Oeiras. Luis Filipe Costa realçou ain-

CASOS DE SUCESSO NA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS

2W4 calça carteiros na Dinamarca

É um percurso de sucesso o da 2W4 To Work For conseguido pelo jovem CEO da empresa, Armando Lopes, quando descobriu que a subcontratação que a empresa fazia em 1999, não a levava a bom porto. Um década depois exporta para vinte mercados europeus calçado técnico e acabou de ganhar uma encomenda para resolver o problema de pés que apresentavam os carteiros dos correios da Dinamarca. Mas sempre com apoios à certificação.



ALBANO FERNANDES

CEO da 2W4 To Work For

Associação das carnes cria normas para o sector

O sector das carnes emprega 6.500 trabalhadores, distribuídos por 118 empresas, e apresenta um volume de negócios de 900 mil milhões de euros. Números impressionantes que levaram a única associação do sector a avançar com a produção específica de normas, já que a maioria dos produtos embalados obedecem a um rigoroso controlo de qualidade. Laurentina Pedrosa diz que esta foi a única forma de conseguirem resolver a



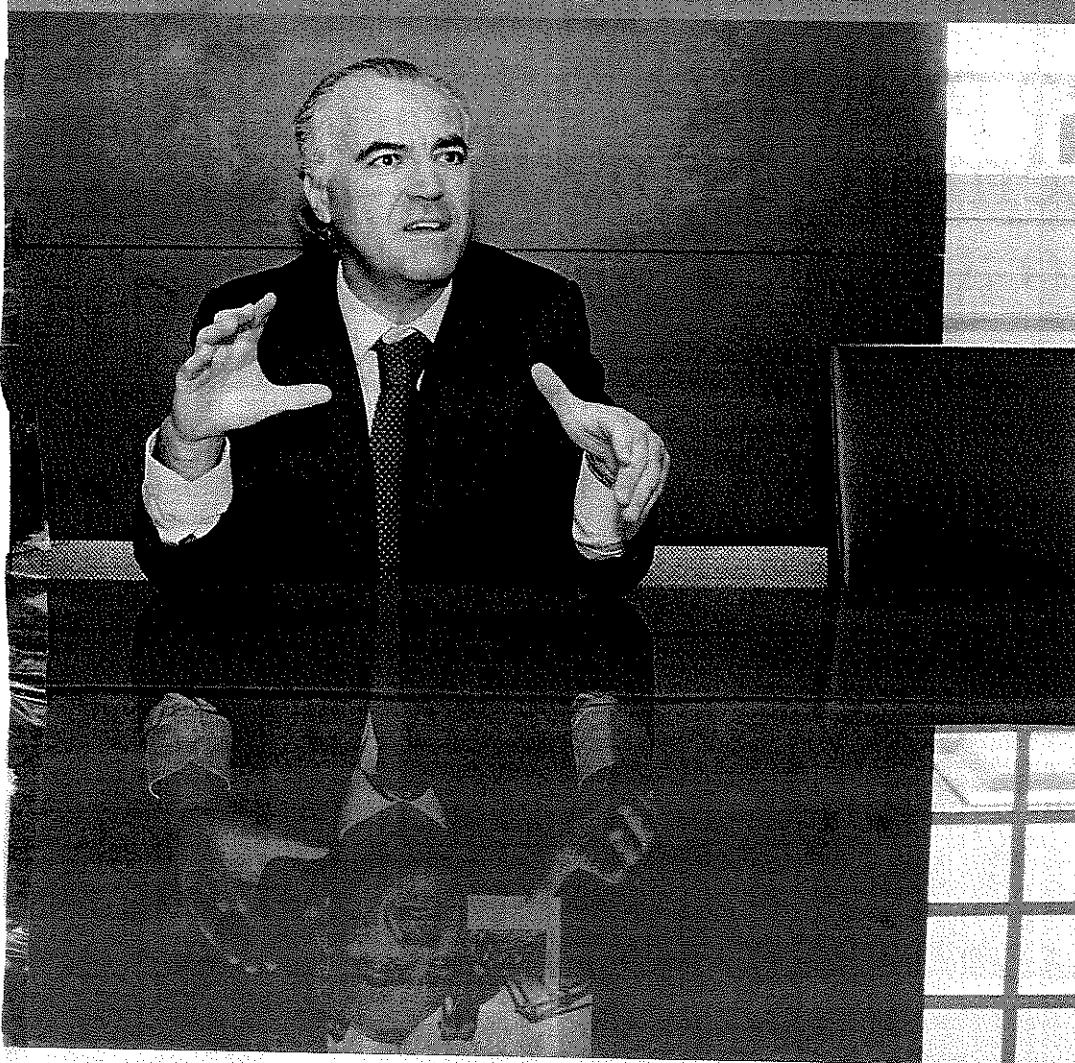
LAURENTINA PEDROSO

Associação Portuguesa dos Indus-

● Marques dos Santos, presidente do IPQ quer que determinadas normas sejam disponibilizadas às PME com preços mais baixos para acederem à normalização.

● É preciso uma monitorização trimestral do desempenho global das sociedades de capital de risco com maioria accionista detida pelo Estado, diz Francisco Banha.

AL IT



Francisco Banha, presidente da Gesventure, que organizou a 10ª Edição do Venture Capital II, afirmou que para que haja crescimento económico e competitividade tem que ser apoiado o desenvolvimento de projectos empresariais com vocação global em indústrias baseadas no conhecimento e tecnologia aplicada, suportada por um universo já de referência de investigadores, cientistas, engenheiros, gestores, com elevados níveis de qualificação. Mas garante que Portugal "não tem cumprido bem este seu papel". Isto porque o mercado de capital de risco formal continua a registar resultados adversos ao investimento em projectos "seed capital" e "start up", uma vez que não há praticamente registos de quaisquer investimentos realizados na fase "seed capital" durante os últimos três anos.

'angels' são fundamentais para as 'start-ups'

fundos de capital de risco de apoio ao empreendedorismo, com a dotação global de 123 milhões de euros, ao nível das fases "pré-seed", "early stages", "corporate venture" e "business angels". Por outro lado, lembrou que adicionalmente a estes quatro grandes fundos, foi igualmente lançado o Fundo de Capital de Risco Inovação/internacionalização, com a dotação global de 237 milhões de euros, o qual será gerido por 12 entidades de capital de risco.

Realce-se que os 'business angels' portugueses conseguiram recentemente a aprovação por parte dos responsáveis do Programa Compete (IAPMEI) e da secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, de um Fundo de

Co-Investimento com "business angels", no montante de 43 milhões de euros, o qual irá abranger 230 "business angels", inseridos em 56 entidades veiculo. Concomitantemente a esta medida, foi aprovado um estímulo fiscal correspondente à dedução de 20% dos investimentos efectuados por "business angels", até ao limite de 15% da colecta.

O presidente do IAPMEI frisou ainda o papel da PME investimentos, a sociedade que gere diversos instrumentos financeiros, no quadro de parceria com os principais intermediários do mercado financeiro - capital de risco, dívida e garantias.

Por sua vez, na sessão de abertura do evento, Francisco Banha, presidente da Gesventure,

EMPREENDEADORISMO

● Os empreendedores contam com o Fundo de Capital de Risco Inovação/Internacionalização, com a dotação global de 237 milhões de euros.

● Foi aprovado um estímulo fiscal correspondente à dedução de 20% dos investimentos efectuados por Business Angels, até ao limite de 15% da colecta.

● Francisco Banha defende a criação do "Observatório de Start-ups", tendo em vista compreender as características que determinam o sucesso ou insucesso destas empresas.

re, afirmou que o empreendedorismo tem que "ser fomentado e apoiado com coerência e responsabilidade na acção". E deu como exemplo o caso do Biocant - o único parque de ciência e tecnologia especificamente planeado para actividades de biotecnologia e ciências da vida. Neste parque está em estudo a implementação e a gestão de uma unidade piloto de biotecnologia industrial, através da qual se visam suprir as necessidades existentes em Portugal, e mesmo na Europa, de unidades que permitam simular processos industriais, mas a uma escala piloto, de modo a validar estes processos e a testar a sua viabilidade técnica e económica a uma dimensão que já permita, com

confiança, tomar decisões de investimento.

O investimento necessário para se avançar para esta unidade piloto é de 4,4 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões de euros correspondem à componente financeira do Programa Compete, encontrando-se já reunidos no total 3,4 milhões de euros. No entanto, o lançamento desta unidade piloto não se concretizou ainda porque se encontram em falta 1 milhões de euros. Ora, "perante o potencial efeito estruturante que este investimento poderá permitir, o único motivo que poderá justificar a falta de avanço desta medida é precisamente a ausência de uma estratégia de acção concertada nesta matéria", disse Francisco Banha. ■